



CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

REQUERIMENTO ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal solicitando, junto à secretaria competente, informações referentes aos atendimentos no Posto de Saúde do Jardim Carla, nos termos do artigo 58, XVII da Lei Orgânica do Município de Santo André.

Conforme inciso XVII do Art. 58 da Lei Orgânica do Município

Senhor Presidente

CONSIDERANDO relatos recebidos dos moradores a respeito de que alguns usuários serão transferidos do Posto de Saúde do Jardim Carla para o Posto de Saúde do Jardim Santo André;

CONSIDERANDO que os usuários devem ser atendidos na unidade de saúde mais próxima de sua residência;

CONSIDERANDO que a possível alteração está deixando os moradores preocupados, tendo em vista que terão que se deslocar até outro posto de saúde para atendimento;

REQUEREMOS à Mesa, ouvido o Douto Plenário, na forma regimental, que seja enviado Ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, nos termos do artigo 58, XVII da Lei Orgânica do Município de Santo André solicitando esclarecimentos, junto à secretaria competente, sobre os relatos recebidos:

1. Os relatos recebidos são procedentes?
2. Em caso afirmativo, há alguma maneira de não trazer tanto prejuízo à população?
3. Há a possibilidade de aumentar o posto de saúde do Jardim Carla para atender toda a demanda do bairro?

1) Paulo Henrique Pinto Serra - Prefeito Municipal Prefeitura Municipal de Santo André

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 30 de outubro de 2023.

Ver. Bahia do Lava Rápido
VEREADOR



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 340036003500390035003A005000. Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 340036003500390035003A005000. Documento assinado digitalmente conforme
MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.